

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Relatório da Administração	23
----------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	61
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	64
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	65
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	66
--	----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	70
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	71
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	55.437	67.637	104.873
1.01	Ativo Circulante	10.619	2.904	17.551
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	164	9	1.241
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1	9	116
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	163	0	1.125
1.01.03	Contas a Receber	8.033	1.336	14.469
1.01.03.01	Clientes	8.033	1.336	14.469
1.01.04	Estoques	1.142	0	453
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.280	1.559	1.388
1.01.08.03	Outros	1.280	1.559	1.388
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	261	116	64
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.019	1.443	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	44.818	64.733	87.322
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.517	20.486	19.146
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	8.065	9.561
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	8.065	8.065	9.561
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.072	11.041	8.205
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	558	558	503
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.514	10.483	7.702
1.02.02	Investimentos	11.966	31.612	55.839
1.02.02.01	Participações Societárias	11.966	31.612	55.839
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.964	31.610	55.837
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.335	12.635	12.337
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.335	12.635	12.337

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	55.437	67.637	104.873
2.01	Passivo Circulante	30.578	12.524	10.118
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.701	1.072	748
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.701	1.072	748
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.701	1.072	748
2.01.02	Fornecedores	8.486	939	1.117
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.486	939	1.117
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.502	2.763	2.810
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.502	2.763	2.810
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	2.101	1.579	1.305
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	3.401	1.184	1.505
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.000	1.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.000	1.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	1.000
2.01.05	Outras Obrigações	12.963	5.745	2.619
2.01.05.02	Outros	12.963	5.745	2.619
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36	1.637
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Salários	2.728	910	811
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	10.193	4.793	165
2.01.06	Provisões	1.926	1.005	1.824
2.01.06.02	Outras Provisões	1.926	1.005	1.824
2.02	Passivo Não Circulante	103.198	49.246	49.632
2.02.03	Tributos Diferidos	48.315	48.246	48.632
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.315	48.246	48.632
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.344	43.411	43.290
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	4.971	4.835	5.342
2.02.04	Provisões	54.883	1.000	1.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	1.000	1.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	1.000	1.000
2.02.04.02	Outras Provisões	53.883	0	0
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto de controladas	53.883	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-78.339	5.867	45.123
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.346	9.385	10.369
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	6.707
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	416
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	6.291
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-115.732	-31.565	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.725	4.136	27.305
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.510	4.541	29.298
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-1.785	-405	-1.993
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.694	-10.246	-17.437
3.03	Resultado Bruto	-1.969	-6.110	9.868
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-81.401	-34.447	-7.092
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.353	-8.415	-9.283
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	7.262	862
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-518	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-73.530	-33.294	1.329
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-83.370	-40.557	2.776
3.06	Resultado Financeiro	-2.506	-2.042	-1.235
3.06.01	Receitas Financeiras	1	5	133
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.507	-2.047	-1.368
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-85.876	-42.599	1.541
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.650	2.836	-296
3.08.01	Corrente	0	0	144
3.08.02	Diferido	1.650	2.836	-440
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-84.226	-39.763	1.245
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-84.226	-39.763	1.245
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-3,12000	-1,47000	0,46125
3.99.01.02	PN	-3,12000	-1,47000	0,46125

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-84.226	-39.763	1.245
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	984	1.526
4.03	Resultado Abrangente do Período	-84.167	-38.779	2.771

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.208	10.075	1.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.033	-7.803	831
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-85.876	-42.599	1.541
6.01.01.02	Depreciação e amortização	353	341	309
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	73.530	33.294	-1.329
6.01.01.07	Provisão para contingência	0	0	-1.000
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.408	1.508	1.293
6.01.01.09	Diferimento de impostos	552	-347	17
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.241	17.878	283
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53	-9.706	-3.904
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e investimentos	-53	-9.706	-4.373
6.02.02	Juros sobre capital próprio recebidos	0	0	469
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.000	-1.601	15
6.03.01	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	0	-1.601	-985
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	-1.000	0	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	155	-1.232	-2.775
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	1.241	4.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	164	9	1.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.226	0	-84.226
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	16.510	11.885	29.298
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.510	4.541	29.298
7.01.02	Outras Receitas	0	7.344	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.850	-9.135	-9.727
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.324	-8.224	-9.693
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.526	-911	-34
7.03	Valor Adicionado Bruto	660	2.750	19.571
7.04	Retenções	-353	-341	-309
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-353	-341	-309
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	307	2.409	19.262
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-73.529	-33.289	1.462
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-73.530	-33.294	1.329
7.06.02	Receitas Financeiras	1	5	133
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-73.222	-30.880	20.724
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-73.222	-30.880	20.724
7.08.01	Pessoal	7.997	8.770	14.932
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.337	7.953	13.789
7.08.01.03	F.G.T.S.	660	817	1.143
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	500	-1.934	3.179
7.08.02.01	Federais	80	-1.938	2.901
7.08.02.03	Municipais	420	4	278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.507	2.047	1.368
7.08.03.03	Outras	2.507	2.047	1.368
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-84.226	-39.763	1.245
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.226	-39.763	1.245

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	133.417	159.365	166.971
1.01	Ativo Circulante	60.874	91.718	112.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	356	3.187	9.853
1.01.01.01	Caixa e Bancos	137	157	567
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	219	3.030	9.286
1.01.03	Contas a Receber	39.220	51.319	92.248
1.01.03.01	Clientes	23.634	37.830	79.251
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	8.073	10.405	14.652
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	15.561	27.425	64.599
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.586	13.489	12.997
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Créditos	10.246	8.149	7.591
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	5.340	5.340	5.406
1.01.04	Estoques	15.583	17.158	8.927
1.01.04.01	Material de Construção Revenda	3.467	3.847	4.776
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	12.116	13.311	4.151
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.239	16.187	994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.476	3.867	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	3.476	3.867	0
1.02	Ativo Não Circulante	72.543	67.647	54.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.271	40.036	20.325
1.02.01.03	Contas a Receber	4.430	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.430	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	8.065	9.561
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	8.065	8.065	9.561
1.02.01.06	Tributos Diferidos	36.776	30.591	9.384
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.178	2.770	1.682
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	32.598	27.821	7.702
1.02.02	Investimentos	12	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	22.766	26.804	33.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.766	26.804	33.617
1.02.04	Intangível	494	795	995

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	133.417	159.365	166.971
2.01	Passivo Circulante	99.346	83.192	58.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.411	6.595	3.157
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.411	6.595	3.157
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	12.411	6.595	3.157
2.01.02	Fornecedores	30.337	17.679	17.549
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.337	17.679	17.549
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.719	22.132	10.195
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.719	22.132	10.195
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	2.101	1.579	1.305
2.01.03.01.03	Parcelamento PERT Lei 13496/17	1.707	0	0
2.01.03.01.04	Parcelamento (pis-cofins-inss desoneração)	0	2.764	2.062
2.01.03.01.05	Outros	8.911	17.789	6.828
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.262	20.758	11.585
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.262	20.758	11.585
2.01.05	Outras Obrigações	23.807	8.412	7.371
2.01.05.02	Outros	23.807	8.412	7.371
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36	1.637
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Salários	15.448	7.598	4.959
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.317	772	769
2.01.06	Provisões	8.810	7.616	9.088
2.01.06.02	Outras Provisões	8.810	7.616	9.088
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	8.810	7.616	9.088
2.02	Passivo Não Circulante	112.435	70.293	62.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.886	11.954	3.785
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.886	11.954	3.785
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.886	11.954	3.785
2.02.02	Outras Obrigações	80.859	53.939	55.489

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02	Outros	80.859	53.939	55.489
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.344	43.411	43.290
2.02.02.02.04	Obrig Tributária- Parcelamento PERT Lei 13496/17	31.545	0	0
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Outros	658	5.693	6.857
2.02.02.02.06	Obrig Tributária - Reavaliação	4.815	4.835	5.342
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	497	0	0
2.02.04	Provisões	7.690	4.400	3.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-78.364	5.880	45.152
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.346	9.385	10.369
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.346	9.385	10.369
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	6.707
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	416
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	6.291
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-115.732	-31.565	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-25	13	29

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.770	122.302	288.380
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	73.348	139.362	321.291
3.01.02	Deduções	-9.578	-17.060	-32.911
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-118.627	-159.326	-259.047
3.03	Resultado Bruto	-54.857	-37.024	29.333
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.106	-10.011	-19.589
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.501	-16.050	-19.506
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.605	6.039	-83
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-74.963	-47.035	9.744
3.06	Resultado Financeiro	-17.089	-13.783	-7.389
3.06.01	Receitas Financeiras	134	1.028	1.262
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.223	-14.811	-8.651
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-92.052	-60.818	2.355
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.788	21.039	-1.110
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-84.264	-39.779	1.245
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-84.264	-39.779	1.245
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-84.226	-39.763	1.245
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-38	-16	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-84.264	-39.779	1.245
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	1.491	1.526
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-84.205	-38.288	2.771
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-84.167	-38.272	2.771
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-38	-16	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.028	-20.674	-4.622
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-81.522	-54.290	6.279
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-92.052	-60.818	1.245
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.109	4.403	4.436
6.01.01.03	Efeito líquido baixa imobilizado	859	476	560
6.01.01.04	Crédito fiscais - prejuízos fiscais	0	-168	0
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.094	2.364	1.599
6.01.01.09	Provisão para contingência	3.290	800	-1.000
6.01.01.10	Diferimento de impostos	1.178	-1.347	-561
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	76.494	33.616	-10.901
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-239	-1.733	-5.333
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e intangível	-239	-1.733	-5.333
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.436	15.741	-3.604
6.03.01	Juros sobre o capital próprio pagos e Dividendos pagos	0	-1.601	-985
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	2.436	17.342	-2.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.831	-6.666	-13.559
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.187	9.853	23.412
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	356	3.187	9.853

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.226	0	-84.226	-38	-84.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.226	0	-84.226	-38	-84.264
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507	0	507
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507	0	507
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786	0	786
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	73.348	146.706	321.291
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	139.362	321.291
7.01.02	Outras Receitas	73.348	7.344	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.306	-89.618	-177.988
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-64.371	-85.970	-172.682
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.935	-3.648	-5.306
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.042	57.088	143.303
7.04	Retenções	-4.109	-4.403	-4.436
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.109	-4.403	-4.436
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.067	52.685	138.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134	1.028	1.262
7.06.02	Receitas Financeiras	134	1.028	1.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.933	53.713	140.129
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.933	53.713	140.129
7.08.01	Pessoal	58.907	77.255	90.176
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.117	69.677	82.398
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.790	7.578	7.778
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.201	1.426	40.057
7.08.02.01	Federais	1.732	-5.334	26.503
7.08.02.02	Estaduais	62	2	2.494
7.08.02.03	Municipais	3.407	6.758	11.060
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.226	14.811	8.651
7.08.03.03	Outras	17.226	14.811	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-84.267	-39.779	1.245
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.229	-39.763	1.245
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-38	-16	0

Relatório da Administração

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Áreas de Negócios da Companhia

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, com o atual cenário de retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos.

A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

a) Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura

- a.1) A Azevedo & Travassos (ATSA, ATE e ATI - INFRA) participa, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. Diante da crise orçamentária de alguns Estados e Municípios, o objetivo será trabalhar para aqueles que apresentem *superavit* orçamentário e que terão planos de investimentos para os próximos anos.
- a.2) Os planos de investimentos das empresas concessionárias de serviços públicos tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada e os principais setores que absorverão estes investimentos são os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento e aeroportos. Também tem-se a expectativa do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, que poderá gerar R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos. Recentemente, o Conselho do PPI aprovou 31 empreendimentos em infraestrutura no valor de R\$ 10 bilhões. Existe também uma expectativa muito favorável para o setor de infraestrutura com novas licitações de concessões.
- a.3) No segmento de Construção Civil Industrial, com a retomada do crescimento da economia e conseqüente aumento do consumo, já existe a expectativa, em alguns setores, de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção. A Diretoria está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, oferecer maior equilíbrio à sua Carteira de Obras.

b) Montagem Eletromecânica

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás (gasodutos, oleodutos e montagem eletromecânica), além de montagem de dutos em geral, tais como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, pretende-se manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA,

Relatório da Administração

CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). Com a retomada do crescimento, estas concessionárias devem incrementar seus planos de investimento. A Azevedo & Travassos mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para participar de licitações com preços competitivos e assumir novos contratos importantes nesta área.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1) Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Área de Negócios, está abrindo novas frentes e oportunidades de serviços, inclusive na área marítima (“*off shore*”).

c.2) Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação com sondas terrestres em poços de petróleo estão suspensos desde 2012. O retorno a estas atividades poderá acontecer tão logo este segmento se mostre atrativo. Existe uma expectativa de aumento das licitações de áreas de exploração e produção de petróleo em terra, além da PETROBRAS repassar para a iniciativa privada Campos de Petróleo com produções “marginais”, o que poderá levar a um aumento da demanda por este tipo de serviços

d) Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Aproveitando a experiência da área de perfuração e produção de petróleo, iniciou-se, a partir de 2016, participação no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento, armazenamento e transporte de óleo e gás. Esta é uma área em franca expansão, devido ao grande período em que a PETROBRAS ficou sem investir neste setor.

Atualmente, a Azevedo & Travassos já conseguiu se consolidar nesta nova área de atuação e conta com contratos com a PETROBRAS e com a TRANSPETRO, que somam cerca de R\$ 57 milhões a performar.

e) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 156 mil m² em terrenos (incluindo o lote de 56 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Azevedo & Travassos o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados através de subsidiárias na forma de SPE – Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Também está sendo considerada a desmobilização dessas áreas para fazer frente aos seus passivos, uma vez que, com a melhora das expectativas para a economia, já está surgindo uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com o aparecimento de potenciais investidores nos referidos imóveis.

Confirmando esta percepção, tem circulado nos meios de comunicação a informação de que as Incorporadoras deverão reforçar a compra de terrenos para manter a sua expansão para um horizonte de 3 anos de lançamentos.

2. Retrospectiva do ano de 2017

Como é de amplo conhecimento, recentemente o Brasil experimentou a pior recessão de sua história e conseqüentemente com forte impacto negativo nas empresas aqui instaladas. Estudo da SERASA Experian (jul/2017) mostra que o número de empresas inadimplentes no Brasil bateu recorde em maio/2017. Cerca de 5,1 milhões de CNPJs estavam negativados, a maior quantidade registrada desde março de 2015, quando o levantamento passou a ser feito. Em relação a maio de 2016 houve um aumento de 15,9%.

É sabido também que os mercados de Construção Pesada e Civil, Infraestrutura, Montagem Eletromecânica e Imobiliário, em que atua a Azevedo & Travassos, foram dos mais afetados pela recessão a partir do segundo semestre/16. Desde essa data, a Azevedo & Travassos

Relatório da Administração

está atravessando um período caracterizado pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se encerrando e a reposição normal desta Carteira não foi acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento, pois os Clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante do cenário de crise política e econômica instalado no Brasil. Como decorrência, o faturamento médio anual consolidado da Azevedo & Travassos foi reduzido de R\$ 350 milhões para cerca de R\$ 140 milhões em 2016 e de R\$ 73,3 milhões em 2017, provocando uma situação de dificuldades no seu Fluxo de Caixa.

Mesmo diante de uma situação desfavorável do mercado, a ATSA e a sua controlada ATE possuem, em seu *backlog*, contratos assinados num montante de R\$ 395 milhões a performar, assim discriminados:

- TRANSPETRO: Manutenção de Tanques em TEMADRE / Bahia. Saldo contratual de R\$ 32 milhões.
- LOGUM: Construção de 80 Km do etanolduto de 12" DN ligando as cidades de Guamaré a São Caetano do Sul em SP. Saldo contratual de R\$ 250 milhões.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO: Obras referentes a 2 contratos, sendo um para a execução de serviços de urbanização, iluminação e ciclovias entre as estações de Oratório e de São Mateus e o outro contrato para a realização de obras civis complementares de acabamento, instalações hidráulicas, comunicação visual, paisagismo e reurbanização em Estações de Passageiros da Linha 15 – Prata. Saldo contratual de R\$ 68 milhões.
- PETROBRAS-UOBA/Bahia: Construção de instalações de produção em campos terrestres da área sul. Saldo contratual de R\$ 25 milhões.
- Contratos de prestação de serviços diversos de menor porte com saldo contratual de R\$ 20 milhões.

Encontra-se em fase de adjudicação, por parte da PETROBRAS, a contratação da ATE para a execução de serviços de interligação de Esferas, montagem de Vaso, Subestação e Pintura de Tanques no COMPERJ, no valor de R\$ 129,5 milhões e prazo de 18 meses.

A Diretoria Comercial permanece trabalhando intensivamente na busca de novos contratos e na elaboração de propostas, visando atender várias licitações já programadas pelos clientes.

Em complementação ao acima exposto, vale registrar as mais recentes negociações que alongaram o perfil das dívidas bancárias, assim resumidas:

a) Aditivos e Acordos já assinados com a ATE

- BANCO DO BRASIL
Firmado, em 29/09/17, Aditamento ao Contrato no valor de R\$ 14.682 mil, prazo de 7 anos, carência de pagamento de 6 meses de encargos e 9 meses de capital, tendo como garantia a hipoteca de terrenos.
- SAFRA
Firmado, em 06/10/17, Acordo Jurídico no valor de R\$ 1.258 mil, prazo de 4 anos, com garantia de Terrenos de propriedade da Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora, empresa de propriedade dos sócios controladores da Companhia..
- BRADESCO
As 2 linhas de empréstimo referentes à Conta Garantida e ao Contrato da Capital de Giro foram incorporadas em um único contrato, no valor de R\$ 5.940 mil. Este novo contrato, assinado em 27/12/17, estabelece uma carência de juros de 6 meses e pagamento em 5 anos, tendo como garantia a alienação fiduciária de máquinas de perfuração direcional horizontal.

Nota

As negociações promovidas pela Diretoria da Azevedo & Travassos, resumidas acima, demonstram a confiança dos seus acionistas com o aporte de ativos, bem como das instituições financeiras na recuperação da empresa.

b) Em fase de renegociação

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Em outubro/17 a Caixa Econômica Federal recebeu terrenos dados em garantia do financiamento, no valor de R\$ 5.248 mil, reduzindo seu saldo para R\$ 3.324 mil.

Relatório da Administração

Em fase final de sua repactuação, visando uma dilatação no prazo para quitação deste empréstimo em 9 anos.

c) Em fase de Encerramento de Contrato

• CHINA CONSTRUCTION BANK - CCB

O contrato de financiamento firmado pela ATE com o China Construction Bank – CCB, no valor de R\$ 7.057 mil, está em fase final de formalização, através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento.

Neste acordo, o CCB concedeu exclusividade para a Companhia, um prazo de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, para que seja realizada a venda deste imóvel. Obtendo-se êxito na realização da venda por um valor superior ao da dívida corrigida acrescidas de despesas, o CCB receberá o valor correspondente ao montante do empréstimo e repassará a parcela excedente para a Companhia.

3. Potencial de recuperação

Apesar da difícil situação do atual fluxo de caixa, devido à expressiva queda de receita nos exercícios de 2016 e agora em 2017, como consequência da atípica postergação de início de obras constantes de sua Carteira de Contratos, tem-se no quadro adiante a previsão de Receita Bruta do Consolidado da Companhia, com base no saldo a executar de obras já contratadas, para os anos de 2018 a 2019, perfazendo um total de R\$ 395.220 mil.

Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

Área de Negócios	2018	2019	Total
Obras contratadas – Saldo a executar			
- Construção Pesada / Construção Civil	68.340	-	68.340
- Montagem Eletromecânica/ Perfurações	190.415	136.465	326.880
Total	258.755	136.465	395.220

Nota

Não foi considerada no quadro acima a previsão da receita bruta da obra de interligação de Esferas / COMPERJ no valor de R\$ 129.540 mil, prazo de 18 meses e em fase de homologação pela PETROBRAS.

Os dados acima também mostram o significativo potencial de obras a acontecer para o ano de 2018. Estas estimativas refletem a situação em março/18, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Importante destacar que a receita consolidada do 4º trimestre/17 ficou em R\$ 25.864 mil, que anualizado equivale ao montante de R\$ 105.308 mil, ou seja, 43,6% a mais do que foi a receita consolidada de 2017 (R\$ 73.348 mil).

Nesta análise, deve-se ainda admitir:

- que já existem sinais consistentes da retomada do crescimento econômico no País, que podem ser medidos pela elevação gradual do PIB, dos índices da B3, da estabilidade da taxa cambial e os baixos valores dos indicadores de inflação;
- que está ocorrendo uma progressiva redução da taxa de juros SELIC que deverá estabilizar-se na faixa de 6,5% em 2018, criando as condições necessárias para estimular ainda mais a retomada do crescimento econômico, além de reduzir despesas financeiras;
- o Plano de Negócios 2017/2021, anunciado pela PETROBRAS, mostra uma considerável retomada de investimentos da ordem de R\$ 71 bilhões em exploração e produção de petróleo, com reflexos na construção de obras de construção de dutos e de montagens de instalações de produção de óleo e gás. Estas áreas estão intrinsecamente vinculadas às diversas disciplinas em que a ATE se encontra cadastrada no “Vendor List” (CRCC) da PETROBRAS;
- a estimativa da ampliação de 4,0% do PIB da Construção Civil para 2018, ante queda de 5,5% ocorrida em 2017 (Cenário Setorial / dez 2017 – Bradesco);
- o estudo “Infraestrutura Rodoviária no Brasil”, elaborado pela Bain & Company, que indica que o mínimo necessário para que a malha rodoviária do Brasil alcance um

Relatório da Administração

patamar adequado é uma extensão que aumente a densidade para 4,2 km por cada 1 mil km² de território. Atualmente, esse valor é de 1,7 km por cada 1 mil km². Para que essa meta seja alcançada, será necessário um investimento de US\$ 300 bilhões, por um período de 12 a 15 anos, para viabilizar um projeto que conectaria 22 capitais e cinco fronteiras comerciais, com a construção de 20 mil quilômetros de rodovias (dados divulgados pela CCR/AUTOBAN em nov/16). Este estudo mostra o enorme potencial de obras no segmento de infraestrutura;

- o estudo do BNDES aponta que ocorrerá investimento superior a R\$ 130 bilhões a partir de 2018. Os principais setores que absorverão este investimento são a mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos e aeroportos.
- que as atividades do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI deverão gerar R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos, sendo que a Carteira do PPI tem 175 projetos, sendo que 105 estão em andamento. Recentemente, o Conselho do PPI aprovou 31 empreendimentos em infraestrutura no valor de R\$ 10 bilhões (Caderno Economia / edição do Estado de S. Paulo de 20/03/18).

Diante do exposto e apesar das dificuldades enfrentadas em 2017, já se verifica um horizonte promissor para o mercado de Infraestrutura no Brasil, mercado este onde estão inseridas as empresas do Grupo da Azevedo & Travassos.

4. Desempenho Econômico e Financeiro - 2017

4.1. Receita

a) Azevedo & Travassos S.A.

Em 2017, a Receita Bruta da empresa alcançou o valor de R\$ 16.510 mil (R\$ 4.541 mil em 2016) com a prestação de serviços, principalmente com a execução das obras para o METRÔ – SP, ficando um saldo a realizar de R\$ 31.054 mil para 2018. O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATSA – R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2014	2015	2016	2017
61.652	29.298	4.541	16.510

No ano de 2017 não houve receita financeira de pagamentos, pela ATE, de Juros sobre Capital Próprio, assim como no ano de 2016.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

A Receita Bruta, em 2017, foi de R\$ 58.389 mil, contra R\$ 138.009 mil em 2016, registrando uma queda de 58%.

O baixo índice da atividade econômica devido à recessão que se instalou no País, provocou a queda na demanda de contratação de obras sendo um dos principais motivos da redução desta receita.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATE – R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2014	2015	2016	2017
316.958	312.021	138.009	58.389

Para 2018 a ATE tem uma perspectiva de Receita com base nos contratos já assinados de R\$ 227.701 mil, valor bem mais expressivo e compatível com o seu porte e capacidade operacional.

Em 31/12/17, a ATE dispunha de R\$ 56 mil em aplicações financeiras (R\$ 3.030 mil em 31/12/16).

A Receita Financeira, no exercício de 2017, foi de R\$ 133 mil, contra R\$ 987 mil no mesmo período de 2016.

Relatório da Administração

c) Consolidado

Em 2017, a Receita Bruta atingiu R\$ 73.348 mil, contra R\$ 139.362 mil, ocorrida no ano anterior. Para 2018 a perspectiva de Receita do Consolidado é, com base nos contratos já assinados, de R\$ 258.775 mil.

4.2. Resultados

a) Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

O resultado, no período de janeiro a dezembro /17, correspondeu a um prejuízo de R\$ 84.226 mil, ante um resultado também negativo de R\$ 39.763 mil ocorrido em 2016. Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Equivalência Patrimonial

Expressiva influência desfavorável da Equivalência Patrimonial da controlada ATE no valor de R\$ 73.530 mil (valor também negativo de R\$ R\$ 33.294 mil em 2016).

- Baixa demanda

A baixa demanda por obras contratadas diretamente pela Companhia com órgãos públicos.

- Despesas Financeiras

As despesas financeiras no período alcançaram R\$ 2.507 mil (R\$ 2.047 mil em 31/12/16).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2017, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil		
	2017	2016		2017	2016
<u>Ativo</u>	<u>85.509</u>	<u>116.243</u>	<u>Receita Bruta</u>	<u>58.389</u>	<u>138.009</u>
Circulante	45.789	81.685	Receita Líquida Serviços	50.604	121.354
Realizável L. Prazo	28.754	19.550	Prejuízo Bruto	(30.941)	(29.237)
Permanente	10.966	15.008	Prejuízo Antes IR e CSLL	(79.781)	(51.523)
<u>Passivo</u>	<u>85.509</u>	<u>116.243</u>			
Circulante	76.297	75.477			
Exigível a L. Prazo	63.120	21.047			
Patrimônio Líquido	(53.908)	19.719	Prejuízo Líquido do Exercício	(73.627)	(33.311)

No período de janeiro a dezembro /17, correspondeu a um prejuízo de R\$ 73.627 mil, ante um resultado também negativo de R\$ 33.311 mil ocorrido em 2016. Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Custos a apropriar

Em 30/09/17 tinha-se R\$ 24.488 mil (R\$16.187 mil em 31/12/16) de custos a apropriar em contratos a serem performados registrados no ativo circulante. Face ao adiamento dos inícios dos contratos, a Administração decidiu conservadoramente lançar a resultado os custos a apropriar no valor de R\$ 22.023 mil, ficando um saldo de R\$ 1.711 mil em 31/12/17. Salientando que, com essa baixa, os contratos apresentarão um resultado melhor quando forem iniciados e executados.

- Imposto Fiscal Diferido

Face à postergação dos contratos e em função de algumas indefinições para dar suporte à realização de prejuízo fiscal adicional, a Administração optou por reduzir o reconhecimento do Imposto Fiscal diferido de R\$ 27.325 mil em 30/09/17 para R\$ 22.085 mil em 31/12/17, o que causou um efeito negativo no resultado de R\$ 5.240 mil. Ressalte-se que ficou um saldo de R\$ 20.620 mil em prejuízos fiscais diferidos para serem reconhecidos futuramente.

- Contingências

Baseado no relatório dos advogados, a Administração aumentou a provisão para contingências de R\$ 3.400 mil em 31/12/16 para R\$ 6.690 mil em 31/12/17, o que causou um resultado negativo de R\$ 3.290 mil.

Relatório da Administração

Nota

Somente os três ajustes acima somam R\$ 30.553 mil (41,67% do prejuízo do exercício), tratando-se de efeitos pontuais e extraordinários.

- Despesas financeiras

As despesas financeiras provocadas pela maior necessidade de capital de giro, devido à crise econômica elevaram as despesas financeiras da ATE, que foram de R\$ 14.713 mil em 31/12/17, contra R\$ 12.759 mil em 31/12/16.

- Redução da Estrutura Administrativa Central e de Apoio as obras

Dentro do cenário que se apresentou em 2017, a ATE também teve que se adaptar à forte diminuição da receita, fazendo uma grande redução dos quadros de mão de obra, incorrendo em custos altíssimos para a rescisão dos contratos de trabalho, bem como dos encargos incidentes, com o agravante de que a maioria desse pessoal tinha muito tempo de empresa e faixa salarial alta em relação à rotatividade normal da operação da empresa. Estas demissões extraordinárias tiveram um custo, em 2017, da ordem de R\$ 10.000 mil. Somente na Estrutura de Administração do Escritório Central e para Apoio as Obras da ATSA e ATE, foi reduzido o efetivo de 210 funcionários em 31/12/16, para 117 funcionários em 31/12/17.

- Redução da Receita

A forte retração da demanda de serviços de construção provocou expressiva queda da Receita Bruta da ATE. Com o término de obras sem a reposição concomitante de novos contratos, obrigou a empresa a suportar estruturas mínimas técnicas e de apoio operacionais que compõem a sua capacitação técnica, além das estruturas administrativas. Mesmo com as reduções efetuadas essas estruturas acabam sendo onerosas para o nível de Receita de 2017. Como exemplo pode-se citar o custo de depreciação que, em 2017, foi de R\$ 3.756 mil correspondendo a 6,4% da Receita bruta neste período.

c) **Consolidado**

Como consequência do ocorrido descritos nos itens anteriores, o resultado líquido do Consolidado em 31/12/17 mostrou um prejuízo no valor de R\$ 84.226 mil sendo que 2016 obteve-se a um resultado também negativo de R\$ 39.763mil.

4.3. Endividamento

a) **Azevedo & Travassos S.A.**

Os débitos fiscais relativos ao REFIS – I, no valor de R\$ 45.445 mil em 31/12/17 (R\$ 44.990 mil em 31/12/16), são os passivos mais relevantes da Companhia. Em 31/12/17 a ATSA não tinha nenhum endividamento bancário (R\$ 1.000 mil em 31/12/16).

Das despesas financeiras registradas em 31/12/17, no valor de R\$ 2.507 mil (R\$ 2.047 mil em 31/12/16), tem-se que R\$ 2.140 mil (R\$ 1.790 mil em 31/12/16), foram principalmente geradas pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS e que continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

Os restantes R\$ 367 mil foram gerados por despesas financeiras bancárias (R\$ 257 mil em 31/12/16).

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

O endividamento bancário, em 31/12/17, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME), ficou em R\$ 35.148 mil (R\$ 31.712 mil em 31/12/16). Deste endividamento, com as negociações já efetuadas, tem-se R\$ 11.262 mil no circulante (R\$ 19.758 mil em 31/12/16) e R\$ 23.886 mil no não circulante (R\$11.954 mil em 31/12/16).

Com a concretização do acordo com o Banco CCB, esse endividamento deverá ser reduzido em R\$ 7.000 mil e com o da CAIXA Econômica Federal haverá, com o alongamento, uma diminuição expressiva do valor no passivo circulante.

A Diretoria da ATE optou por aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, na modalidade de pagamento da dívida consolidada (R\$ 33.212 mil) em até 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas mediante aplicação dos seguintes percentuais:

Relatório da Administração

- a) da 1ª à 12ª parcela: 0,4% da dívida;
- b) da 13ª à 24ª: 0,5% da dívida;
- c) da 25ª à 36ª: 0,6% da dívida;
- d) da 37ª em diante o saldo remanescente em até 84 prestações mensais.

Nestas condições do parcelamento a dívida de R\$ 33.212 ficam com R\$ 1.667 mil no passivo circulante e R\$ 31.545 mil no não circulante.

Em 31/12/17, a ATE não pagou juros sobre Capital Próprio para a ATSA, como também aconteceu em igual período do exercício anterior.

4.4. Patrimônio Líquido

a) Azevedo & Travassos S.A.

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 31/12/17, passou para um valor negativo de R\$ 78.339 mil, enquanto que, no período anterior, estava com um valor positivo de R\$ 5.867 mil. Esta queda foi motivada pelos prejuízos registrados nos anos de 2016 e 2017, principalmente pela equivalência da ATE (R\$ 33.294 mil e R\$ 73.530 mil, respectivamente). Maiores detalhes, ver item 4.2, subitem b acima.

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis localizados na cidade de São Paulo, contabilizados por R\$ 20.181 mil, cujo valor venal de referência usado para cálculo de ITBI é de R\$ 48.079 mil, representando uma diferença de R\$ 27.898 mil.

Tem-se também uma diferença de R\$ 10.185 mil, referente ao terreno (lote 09), que foi capitalizado na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. apresentando um valor contábil de R\$ 3.650 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado em dezembro/17 por empresa especializada, por ocasião da negociação com o Banco CCB, no valor de R\$ 13.835 mil.

Essas diferenças totalizam o montante de R\$ 38.083 mil que poderia ser incorporado ao patrimônio da Companhia se os terrenos fossem registrados pelo seu valor justo.

A ATSA tem ainda R\$ 2.444 mil de créditos referente a prejuízos fiscais não reconhecidos, que tendo uma previsão melhor de sua realização, poderão ser ativados, com efeito no Patrimônio Líquido.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 31/12/17 o Patrimônio Líquido foi reduzido para um valor negativo de R\$ 53.908 mil sendo que, em 31/12/16, tinha atingido um montante positivo de R\$ 19.719 mil. Esta diminuição foi provocada pelo prejuízo registrado no exercício (ver item 4.2, subitem b acima).

Com a expectativa do aumento da Receita e a entrada dos contratos em carteira a ATE voltará a apresentar resultados positivos e revertendo a atual situação do seu Patrimônio Líquido.

Também tem-se R\$ 20.620 mil de créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais não reconhecidos, que quando reconhecidos terão efeito positivo no patrimônio.

Em complemento, aguarda-se a modulação dos efeitos da decisão de 15/03/17 do Supremo Tribunal Federal na RE nº 574.706, para reconhecimento de um crédito, no valor aproximado de R\$ 5.278 mil, referente à ação proposta pela ATE para a exclusão do ISS da base do cálculo do PIS e COFINS, que deverá produzir um efeito positivo no Patrimônio Líquido da ATE.

4.5. LAJIDA

O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2017 e 2016.

	CONSOLIDADO – R\$ mil		ATE – R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Lucro / Prejuízo (antes do IR e CSLL)	(92.052)	(60.818)	(79.781)	(51.523)
Despesas Financeiras	17.223	14.811	14.713	12.759
Receitas Financeiras	(134)	(1.028)	(133)	(987)
Depreciação e Amortização	4.109	4.403	3.756	4.062
LAJIDA	70.854	(42.632)	61.445	(35.689)

Relatório da Administração

Os dados desfavoráveis da LAJIDA revelam a situação de dificuldades que a ATSA e ATE estão atravessando nos últimos 2 anos e já relatada em detalhes nos itens anteriores.

5. Empresas coligadas à ATSA e ATE

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, em dezembro/17 foi efetivada a alteração do Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), CNPJ: 24.795.416/0001-01, passando a sua denominação para Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.(AT- INFRA).

As empresas com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico apresentam a seguinte situação em 31/12/17:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da ATE com a Caixa Econômica Federal.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): Sem atividade, aguardando definição quanto à desmobilização do terreno.

O quadro adiante mostra a composição do Capital Social destas empresas coligadas, em percentagem.

Empresas Coligadas	ATE	ATSA	HELBER (*)
AT-INFRA	0,05	99,95	-
ATDI-I	99,95	-	0,05
ATDI-II	99,95	-	0,05
ATDI-III	0,05	99,95	-

(*) HELBER S.A. Participações e Administração

6. Juros sobre Capital Próprio - JCP

Em virtude dos resultados negativos registrados no exercício de 2017, não haverá pagamento de JCP aos acionistas da Companhia.

7. Investimentos

Até 31/12/17, foi investido na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 186 mil (R\$ 1.095 mil em 2016). Esses baixos valores investidos deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos, até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País. Em 31/12/17, o total de endividamento, referente a Leasing, CDC e FINAME, passou para R\$ 608 mil, contra R\$ 1.606 mil no ano de 2016.

8. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional. A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI – Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

Relatório da Administração

9. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou, em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, com divulgação para os seus profissionais. Este Código está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da B3. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

10. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Grant Thornton Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

11. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2018.

São Paulo, março de 2018.

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor

Aluizio Guimarães Cupertino
Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor

Notas Explicativas

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do grupo

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antonio de Oliveira, 1.050, São Paulo. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como “Grupo”.

A controladora ATSA bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV4 (ON) e AZEV4 (PN).

1.2. Relação de entidades controladas

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, foi efetivada, em 2017, a alteração do Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), passando a sua denominação social para Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT – INFRA) e iniciadas as suas atividades.

Notas Explicativas

As empresas com a formatação de SPE – Sociedade de Propósito Específico apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2017:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da ATE com a Caixa Econômica Federal;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade, aguardando definição quanto à desmobilização do terreno.

A seguir, lista das controladas relevantes do Grupo:

	31/12/2017		31/12/2016	
	%	Controlada	%	Controlada
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	99,95	Direta	99,95	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.)	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta

1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentou prejuízo no montante de R\$ 84.264, um capital circulante líquido negativo de R\$ 38.472 e patrimônio líquido negativo em R\$ 78.364. Esta situação é decorrente da fase que está sendo vivenciada pelo Grupo, iniciada a partir do segundo semestre de 2016. Esta fase está caracterizada pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se encerrando e a reposição normal desta Carteira não está acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento de construção pesada, pois os clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante da crise econômica brasileira.

Em contrapartida a esta situação temporária, é importante salientar que o Grupo é proprietário de imóveis na cidade de São Paulo cujo valor justo de realização é superior ao valor contábil. Já como indicador da retomada das atividades, a Companhia e sua subsidiária ATE possuem para os anos de 2018 e 2019 um montante da ordem de R\$ 395.220 de obras já contratadas e em estágio final de homologação.

O Grupo tem como estratégia operacional a retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- Continuar racionalizando a estrutura organizacional da Companhia e durante a fase atual de descontinuidade temporária de contratos, reduzir ao máximo os custos administrativos e operacionais;
- Buscar alternativas para suprir as necessidades de capital de giro e também o alongamento de dívidas;

Notas Explicativas

- c) Formalizado o parcelamento já acordado e que vem sendo cumprido, do crédito de aproximadamente R\$ 2.674 (saldo em 31 de dezembro de 17), com a Concessionária VLT Carioca S.A;
- d) A ATSA executar com resultado os contratos de sua Carteira e participar de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a Companhia tem grande tradição e deverá buscar, de forma seletiva, a recomposição da sua Carteira de Obras com contratos compatíveis ao seu potencial de produção;
- e) A controlada ATE executar com resultado os contratos da sua atual Carteira de Obras bem como de novas obras a serem conquistadas, principalmente no segmento de óleo e gás;
- f) A Diretoria Comercial deverá trabalhar intensivamente com objetivo de obter novos contratos de modo a retomar a receita bruta consolidada anual no patamar de anos anteriores;
- g) A controlada AT-INFRA executar com resultados a prestação de serviços e obras de infraestrutura a serem contratadas;
- h) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS-I onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide Nota nº 21(a));
- i) Com a instituição do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional foi permitida a regularização de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. A Controladora entrou com pedido de quitação de débitos à vista utilizando a cessão de parte de seu crédito fiscal e de juros e multa. A controlada ATE também entrou com pedido de parcelamento a ser liquidado em 120 parcelas, sendo as parcelas de 1 a 12 de 0,4%, de 13 a 24 de 0,5%, de 25 a 36 de 0,6% e restante em 84 parcelas. A ATE deverá permanecer no PERT;
- j) Desmobilizar os terrenos disponíveis de sua propriedade e de suas subsidiárias, na área urbana da cidade de São Paulo, os quais possuem valor de mercado superior ao contabilizado;
- k) A Companhia possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide Nota no 21 (b) e 21 (g4)). É expectativa do Grupo, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas;
- l) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório no 203/83 no valor de R\$ 3.848;
- m) Cobrar dos Clientes a diferença de alíquota de 2,0% para 4,5% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) a partir de dezembro de 2015;
- n) Prosseguir com ação judicial contra o DER-SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão;
- o) Cobrar o recebimento da Sinopec International Petroleum Service Corporation referente a "claim" que foi devidamente julgado pela London Court of Internation Arbitratio (LCIA), decorrente da execução em Consórcio da obra de construção do gasoduto GASCAC – Trecho 3-A, cujo valor proporcional a participação da Azevedo & Travassos Engenharia perfaz o montante de R\$ 4.095;

Notas Explicativas

- p) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal já com vitórias em 1ª e 2ª Instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal Federal com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15 de março de 2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia;
- q) Ajuizar ação judicial objetivando a exclusão da CPRB "Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta" da base de cálculo das contribuições ao PIS e à Cofins, tendo em vista o julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Adicionalmente, o relatório da Administração complementa esta nota explicativa sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração declara confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2018.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são, substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outras contas a receber. Os passivos financeiros são, substancialmente, representados pelos empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, salários e encargos sociais, obrigações tributárias parceladas e outras contas a pagar.

3.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base;
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes decorrentes de serviços de construção medidos a faturar, relativos aos contratos de construção reconhecidos pelo grau de avanço das obras.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, quando ocorridas.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferirem os seus direitos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse;
- **(a)** a Companhia e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia e suas controladas não transferiram e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Notas Explicativas

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda”) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques e estoques de terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Notas Explicativas

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

3.6. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Notas Explicativas

3.7. Investimentos e base de consolidação

Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo

Notas Explicativas

fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o

Notas Explicativas

intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.15. Principais julgamentos e estimativas contábeis críticas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota nº 21 (c). Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.17. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.18. Novas normas e interpretações novas e revisadas

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;
- CPC 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes;

Notas Explicativas

O Grupo está avaliando o possível impacto dessas alterações.

Em vigor para períodos iniciados em/ ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

O Grupo está avaliando os possíveis impactos dessa alteração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2017	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	6	-	34	1.846
Outros			157	-	185	1.184
			163	-	219	3.030
Caixas e bancos			1	9	137	157
Total			164	9	356	3.187

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber	4.013	378	8.073	10.405
Serviços executados e não faturados	4.020	958	15.561	27.425
Total	8.033	1.336	23.634	37.830

Do saldo do contas a receber e serviços executados e não faturados em 31 de dezembro de 2016 (consolidado), aproximadamente R\$ 6.323 e R\$ 650, respectivamente, referiam-se a obra que foi realizada para a Concessionária VLT Carioca S.A., (VLT) na qual a ATE cumpriu o desafio de concluir a linha principal, a tempo de permitir a sua inauguração, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos – Rio 2016. Entretanto, a VLT ficou devendo à ATE pelas obras realizadas no segundo semestre de 2016. Em agosto de 2017, o Grupo finalizou a renegociação para pagamento com a VLT dos serviços executados e não pagos no valor de R\$ 2.674 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017) a ser amortizado em parcelas até maio de 2018. Tendo em vista a conclusão da renegociação, o saldo de R\$ 2.674 foi reclassificado para o grupo de outras contas a receber.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Material de construção e peças de manutenção	1.142	-	3.318	3.847
Material de revenda	-	-	149	-
Total	1.142	-	3.467	3.847

Notas Explicativas

7. Estoque de terrenos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Azevedo & Travassos S.A.	8.065	8.065	8.065	8.065
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	-	1.335
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	3.650	3.603
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	-	8.466	8.373
Total	8.065	8.065	20.181	21.376
Ativo circulante	-	-	12.116	13.311
Ativo não circulante	8.065	8.065	8.065	8.065

	M ²	Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016
Lote Elísio 6 - AT	22.999	3.851	3.851
Lote Elísio 7 - AT	18.144	2.203	2.203
Lote Elísio 8 - AT	17.207	2.011	2.011
Lote 9 - ATDI - III	30.937	3.650	3.603
Lote 3 - AT Infraestrutura Ltda.	5.465	3.166	3.125
Lote 4 - AT Infraestrutura Ltda.	4.343	2.854	2.815
Lote 5 - AT Infraestrutura Ltda.	1.348	1.139	1.126
Lote 6 - AT Infraestrutura Ltda.	1.536	1.307	1.307
Total terreno - Pirituba	101.979	20.181	20.041
Lotes DIVS - ATDI - II -Parque Itaguaçu	3.922	-	1.335
Total	105.901	20.181	21.376

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes Elísio 6, 7 e 8 os valores estão contabilizados no ativo não circulante.

Os lotes 3, 4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 e o lote 6 em 30 de dezembro de 2016 como subscrição capital da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.).

A Companhia possui os lotes Elísio 6, 7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no imobilizado o lote 1 (terreno de 55.568 m² e construção) no valor de R\$ 12.048, perfazendo um total de R\$ 20.113 e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 48.079.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas/ custos antecipados	69	-	2.239	16.187
Total	69	-	2.239	16.187

O valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 2.239 (R\$ 16.187 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado trata-se despesas de seguros a apropriar R\$ 527 e custos a apropriar R\$ 1.712 da obra do METRO-SP conforme determina o parágrafo 21 do CPC 17.

Notas Explicativas

9. Investimentos e provisões para passivo a descoberto de controladas

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Controladora					
	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATE (a)	99,95	99,95	(53.883)	19.707	(73.590)	(33.294)
ATDI - III (b)	99,95	99,95	3.577	3.577	-	-
AT Infraestrutura Ltda.	99,95	99,95	8.387	8.326	60	-
Subtotal investimentos			(41.919)	31.610	(73.530)	(33.294)
Investimentos avaliados pelo custo			2	2	-	-
Total investimentos			(41.917)	31.612	(73.530)	(33.294)
Ativo não circulante			11.966	31.612		
Passivo não circulante			(53.883)	-		

a. Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto, em 31 de dezembro de 2017, de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 31 de dezembro de 2016).

O patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2017 está negativo em R\$ 53.908 e em 31 de dezembro de 2016 positivo em R\$ 19.719, e o seu prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 73.627 (R\$ 33.311 em 31 de dezembro de 2016).

b. Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a Empresa ainda não iniciou suas atividades.

c. Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.)

A participação foi feita em 14 de março de 2016, através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307, a Empresa iniciou suas atividades em 2017.

Notas Explicativas

10. Transações com partes relacionadas

Operações	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
- Contrato de aluguel (a)	360	532
- Receita bruta de serviços (b)	1.071	2.656
- Transferência de terreno (c)	-	1.050
- Lucros pagos (d)	-	414
- Outras partes relacionadas (e)	7	291
- Mútuo entre ATSA e ATE (f)	7.380	4.725
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (f)	(24)	35
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (f)	-	275
- Mútuo entre ATSA e ATDI-III (f)	25	26
- Mútuo entre ATSA e AT Infraestrutura Ltda. (f)	91	56
- Integralização capital ATDI-III (g)	-	3.577
- Integralização capital AT Infraestrutura Ltda. (h)	-	8.326
- Mútuo entre dirigentes com AT e ATE (i)	613	-
- Garantia dada pela Imobel AS Urbanizadora e construtora (j)	1.258	-

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel/ sede;
- (b) Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos;
- (c) Em 02 de setembro de 2010, a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2017, este lote estava em garantia de parte do empréstimo feito pela ATE junto a Caixa Econômica Federal, que exerceu esse direito abatendo do empréstimo em 2017;
- (d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015, a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350 e de R\$ 64 em 30 de junho de 2016;
- (e) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda;
- (f) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e AT Infraestrutura Ltda;
- (g) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba e retificação em 30 de dezembro de 2016;
- (h) Foi constituída em 14 de março de 2016 a empresa Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.), com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação parte com R\$ 10 e com a cessão do Lote 3, 4, e 5 Pirituba no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307;
- (i) Os executivos da controlada e controladora ATE emprestaram sem juros em 2017 o valor de R\$ 613, sendo Renato de Almeida Pimentel Mendes de R\$ 281, Marina Pimentel Mendes de Almeida R\$ 254 e Ivan de carvalho Junior R\$ 78;

Notas Explicativas

- (j) Para poder concretizar a repactuação com o Banco Safra, a Imobel S.A Urbanizadora (empresa dos controladores) em garantia de terrenos de sua propriedade.

Honorários dos administradores e benefícios

Em 31 de dezembro de 2017, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam R\$ 1.869 (R\$ 2.375 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro a seguir:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de Curto Prazo		
Salário ou Pró-Labore (i)	1.809	2.266
Benefícios (ii)	60	109
Total	1.869	2.375

- I) Inclui remuneração fixa (salários, honorários e férias);
 II) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(2.117)	4.390	4.652
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	521	(306)	215	194
Terrenos	-	522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	-	7.815	(680)	7.135	7.194
Total		16.098	(3.763)	12.335	12.635

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(2.164)	4.402	4.665
Máquinas e equipamentos	10	14.126	(11.362)	2.764	3.978
Veículos	10	13.599	(8.179)	5.420	7.407
Outros	10	7.999	(5.476)	2.523	3.038
Terrenos	-	522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	-	7.815	(680)	7.135	7.194
Total		50.627	(27.861)	22.766	26.804

Notas Explicativas

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e benfeitorias	6.507	-	-	-	6.507
(-) Depreciação acumulada	(1.855)	(260)	-	(2)	(2.117)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	468	53	-	-	521
(-) Depreciação acumulada	(274)	(34)	-	2	(306)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação acumulada	(621)	(59)	-	-	(680)
Total	12.635	(300)	-	-	12.335

	Consolidado				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e benfeitorias	6.566	-	-	-	6.566
(-) Depreciação acumulada	(1.901)	(263)	-	-	(2.164)
Máquinas e equipamentos	14.157	19	(49)	(1)	14.126
(-) Depreciação acumulada	(10.179)	(1.592)	19	390	(11.362)
Veículos	15.613	-	(2.014)	-	13.599
(-) Depreciação acumulada	(8.206)	(1.287)	1.314	-	(8.179)
Outros	8.276	197	(473)	(1)	7.999
(-) Depreciação acumulada	(5.238)	(584)	344	2	(5.476)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação acumulada	(621)	(59)	-	-	(680)
Total	26.804	(3.569)	(859)	390	22.766

Em 31 de dezembro de 2017 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 3.476, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a Companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC nº 1263/09.

12. Intangível

Taxa anual de amortização %	Consolidado			31/12/2016	
	31/12/2017		Líquido		
	Custo	Amortização		Líquido	Líquido
Softwares	20	3.505	(3.011)	494	795
Total		3.505	(3.011)	494	795

A mutação do saldo do intangível

	Consolidado 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Softwares	3.482	23	-	1	3.506
(-) Amortização acumulada	(2.687)	(324)	-	(1)	(3.012)
Total	795	(301)	-	-	494

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Capital de giro	CDI + 0,58% A.M.	01/2018 a 09/2024	-	1.000	34.540	31.106
Finame	9% a.a.	11/2017 a 03/2019	-	-	117	299
Financiamento CDC	1,15% a.m.	12/2017 a 04/2019	-	-	257	673
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	11/2017 a 08/2018	-	-	234	634
Total			-	1.000	35.148	32.712
Passivo circulante			-	1.000	11.262	20.758
Passivo não circulante			-	-	23.886	11.954

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes ao lote 3, 4 e 5 da AT Infraestrutura Ltda. (Banco do Brasil) e lote 9 da ATDI-III (China Construction Bank) e lotes de Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (Banco Safra).

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado
Ano	
2019	4.573
2020	3.887
2021	4.090
2022	6.130
2023	3.119
2024	2.087
Total	23.886

14. Obrigações tributárias – outros impostos

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos a recolher (Cofins, PIS e outros)	3.345	1.184	8.811	17.789
Parcelamentos (PIS/ Cofins/ INSS desoneração) (a)	-	-	-	2.764
Parcelamentos PERT (a)	40	-	1.707	-
Parcelamentos - outros	16	-	100	-
Total	3.401	1.184	10.618	20.553
Não circulante				
Parcelamentos (PIS/ Cofins/ INSS desoneração) (a)	-	-	-	5.693
Parcelamentos PERT (a)	-	-	31.545	-
Parcelamentos - outros	156	-	658	-
Total	156	-	32.203	5.693

(a) Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, prevê o benefício para a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, denominado Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Em 11 de agosto de 2017, foi feita a primeira adesão, em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a adesão feita em 11 de agosto de 2017 e incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, Cofins, INSS desoneração e INSS folha.

Notas Explicativas

O parcelamento PERT da controladora venceu em dezembro de 2017 e da controlada ATE de novembro de 2017, sendo parcela 1 a 12 de 0,4%, e a parcela 13 a 24 de 0,5%, a parcela de 25 a 36 de 0,6% e o restante em 84 parcelas.

15. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Seguros a pagar	38	-	385	270
Intercompany - ATE (Nota nº 10 (f))	7.380	4.725	-	-
Acordos judiciais	360	-	4.959	-
Contrato mutuo (Sinalta) de 20.12 vc 04.01.18	1.500	-	1.500	-
Outras	915	68	1.473	502
Total	10.193	4.793	8.317	772

16. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

c) Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(44.648)	(42.599)	(92.052)	(60.818)
Adições				
Despesas indedutíveis	59	1.609	4.231	2.851
Diferimento obras públicas	-	-	-	-
Exclusões				
Equivalência	32.505	33.294	-	-
Reversão provisão não dedutível	-	-	-	-
Outras exclusões	-	(477)	-	(738)
Base de cálculo	(12.084)	(8.173)	(87.821)	(58.705)
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	4.113	2.780	29.819	19.960
Prejuízo período de julho a dezembro de 2017	(2.444)	-	(23.064)	-
Outros	-	56	1.408	1.088
Prejuízo fiscal 2015	(19)	-	(359)	-
Imposto de renda e contribuição social ATDI I e AT INF LT (lucro presumido)	-	-	(16)	(9)
Total	1.650	2.836	7.788	21.039
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(16)	(164)
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo	1.650	2.781	6.396	20.120
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias	-	55	1.408	1.083
Total	1.650	2.836	7.788	21.039

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de produtos e serviços	16.510	4.541	73.348	139.362
Deduções de produtos e serviços	(1.785)	(405)	(9.578)	(17.060)
(-) Impostos sobre produtos e serviços	(1.785)	(405)	(9.578)	(17.060)
Total	14.725	4.136	63.770	122.302

Notas Explicativas

20. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos	2.017	1.681	50.710	69.611
Materiais	7.433	2.980	18.399	30.949
Serviços/ locações contratadas de terceiros	4.692	3.460	16.841	47.018
Revenda	-	-	353	-
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	(7.523)	(13.766)
Outros	2.552	2.125	17.825	25.514
Total	16.694	10.246	96.605	159.326

Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos	4.536	5.320	9.799	10.783
Serviços contratados de terceiros	624	226	2.366	2.501
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	(1.196)	(1.770)
Outros	384	603	1.723	2.270
Total	5.544	6.149	12.692	13.784

21. Outras informações

a) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	2.101	1.579	2.101	1.579
Passivo não circulante	43.344	43.411	43.344	43.411
Total	45.445	44.990	45.445	44.990

A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9.964, de 10/04/2000, que instituiu o Refis, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no Refis não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Notas Explicativas

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do Refis, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30 de junho de 2014, dividindo-se o saldo do extrato do Refis, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a receita bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no Refis. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 45.445 (R\$ 44.990 em 31 de dezembro de 2016).

b) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2017 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2016). Vide Nota nº 21 g.2

c) Provisão para obrigações legais – Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Controladora

Probabilidade de perda	Processos				2017 Provisão contábil
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	
Provável	140	-	-	140	140
Possível	1.259	389	1.230	2.878	860
Remota	281	25.486	1.117	26.884	-
Total	1.680	25.875	2.347	29.902	1.000

Consolidado

Probabilidade de perda	Processos				2017 Provisão contábil
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	
Provável	2.153	15	862	3.030	3.030
Possível	8.041	635	4.277	12.953	4.660
Remota	26.545	26.331	5.204	58.080	-
Total	36.739	26.981	10.343	74.063	7.690

Controladora

Probabilidade de perda	Processos				2016 Provisão contábil
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	
Provável	240	-	-	240	240
Possível	1.243	40	180	1.463	731
Remota	914	24.040	29	24.983	29
Total	2.397	24.080	209	26.686	1.000

Notas Explicativas

Consolidado

Probabilidade de perda	Processos				2016 Provisão contábil
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	
Provável	1.372	33	413	1.818	1.818
Possível	4.010	126	1.105	5.241	2.553
Remota	11.261	24.653	3.716	39.630	29
Total	16.643	24.812	5.234	46.689	4.400

Movimento

	Controladora			Consolidado		
	2016	Movimento no exercício	2017	2016	Movimento no exercício	2017
Trabalhista	890	(374)	516	3.339	2.255	5.594
Fiscal	20	96	116	96	85	181
Cível	90	278	368	965	950	1.915
Total	1.000	-	1.000	4.400	3.290	7.690

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são parte são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração à evolução dos processos e o histórico de perdas.

Em 31 de dezembro de 2017, está provisionado na Controladora o montante de R\$ 1.000, e no consolidado R\$ 7.690 o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas

Notas Explicativas

com o desfecho dos processos em andamento.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.514	10.483	32.598	27.821
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	558	558	4.178	2.770
Reavaliação de bens	(4.815)	(4.835)	(4.815)	(4.835)
Total	6.257	6.206	31.961	25.756

A Companhia não constituiu o montante de R\$ 2.444 (R\$ 23.064 no consolidado) em 31 de dezembro de 2017 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado IRPJ e CSLL
2018	11.687
2019	8.507
2020	7.336
2021	5.068
Total	32.598

e) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2017 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

f) Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 234 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2016), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal mais encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 306 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2016), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

Exercícios	31/12/2017	31/12/2016
2017	510	604
2018	48	258
Total	558	862

g) Ações judiciais ativas

g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e Cofins

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada (ATE), julgadas favoravelmente em 1ª. e 2ª. Instâncias que estavam sobrestadas, aguardam prosseguimento, tendo em vista que em 15 de março de 2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE nº 574.706, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins. Muito embora o julgamento tenha apreciado a questão do ICMS, tal precedente tende a ser aplicado ao ISS, na medida em que tal imposto não constitui faturamento ou receita do contribuinte, mas tributo devido ao Município. Atualmente, muito embora a matéria tenha sido apreciada pela Suprema Corte, aguarda-se a modulação dos efeitos desta decisão, para, posteriormente, ser reconhecido este ativo, o qual estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 173 e, para a ATE de R\$ 5.278 mil.

g.2) Ação DER/ SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instância, sendo certo que na perícia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data-base janeiro de 2007.

Notas Explicativas

g.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instâncias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, aguardando julgamento pela 2ª Instância, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

g.4) Precatório judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31 de dezembro de 2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.769 mil, em 31.12.2016 e em 31 de dezembro de 2017

g.5) Multa 10% – FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29 de janeiro de 2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar nº 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de dezembro de 2017 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 144 para a ATSA e R\$ 1.304 para a ATE.

g.6) Ação DER – Majoração da alíquota do ISS de Cubatão-SP

A Companhia ingressou com ação indenizatória pelas perdas decorrentes da majoração da alíquota do ISS de Cubatão/ SP, de 2% para 5%, referente ao contrato administrativo nº 18.374-0, estimando-se um valor envolvido de R\$ 1.136.

22. Eventos subsequentes

Em 27 de março de 2018, a Companhia anunciou que foi comunicada pela Helber S.A. Participações e Administração que esta recebeu proposta vinculante formulada pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A. para aquisição da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais representam o controle acionário da Companhia. As partes desenvolverão os entendimentos e tratativas, bem como a realização das análises e auditorias cabíveis para a consecução da referida transação.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1. Áreas de Negócios

A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, com o atual cenário de retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos.

A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

- **Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura**

A Azevedo & Travassos (ATSA, ATE e ATI-INFRA) deverá participar, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais.

Os planos de investimentos das empresas concessionárias de serviços públicos tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada e os principais setores que absorverão estes investimentos são os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento e aeroportos.

No segmento de Construção Civil Industrial, com a retomada do crescimento da economia e conseqüente aumento do consumo, já existe a expectativa, em alguns setores, de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção.

- **Montagem Eletromecânica**

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás além de montagem de dutos em geral, tais como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, pretende-se manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHAGÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). Com a retomada do crescimento estas concessionárias devem incrementar seus planos de investimentos.

- **Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços**

- Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Área de Negócios, está abrindo novas frentes e oportunidades de serviços, inclusive na área marítima (“off shore”).

- Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação com sondas em poços de petróleo estão suspensos desde 2012. O retorno às estas atividades poderá acontecer tão logo este segmento se mostre atrativo.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- **Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás**

Aproveitando a experiência da área de perfuração e produção de petróleo, iniciou-se, a partir de 2016, participação no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento de óleo e gás. Esta é uma área em franca expansão devido ao grande período em que a PETROBRAS ficou sem investir neste setor.

- **Desenvolvimento Imobiliário**

A ATSA possui cerca de 156 mil m² em terrenos (incluindo o lote de 56 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Azevedo & Travassos o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados através de subsidiárias na forma de SPE – Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda.

2. Comportamento e Previsão de Receita

A Receita da ATSA refere-se a cobrança de serviços prestados para a ATE e aos serviços oriundos de obras públicas. Em 2017, a Receita Bruta da empresa alcançou o valor de R\$ 16.510 mil (R\$ 4.541 mil em 2016) com a prestação de serviços para a ATE e execução das obras para o METRÔ – SP. O quadro 01 apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Quadro 01
Receita Bruta ATSA – R\$ mil

Em 31 dezembro			
2014	2015	2016	2017
61.652	29.298	4.541	16.510

A Receita Bruta da ATE, em 2017, foi de R\$ 58.389 mil, contra R\$ 138.009 mil em 2016, registrando-se uma queda de 58 %.

O baixo índice da atividade econômica devido à recessão que se instalou no País, provocou a queda na demanda de contratação de obras sendo um dos principais motivos da redução desta receita. O quadro 02 mostra a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Quadro 02
Receita Bruta ATE – R\$ mil

Em 31 de dezembro			
2014	2015	2016	2017
316.958	312.021	138.009	58.389

O Consolidado apresentou em 2017, a Receita Bruta no valor de R\$ 73.348 mil, contra R\$ 139.362 mil, ocorrida no ano anterior.

O quadro 03 apresenta a previsão de Receita Bruta do Consolidado da Companhia, com base no saldo a executar de obras já contratadas, para os anos de 2018 a 2019, perfazendo um total de R\$ 395.220 mil

Quadro 03
Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

Área de Negócios	2018	2019	Total
Obras contratadas – Saldo a executar			
- Construção Pesada / Construção Civil	68.340	-	68.340
- Montagem Eletromecânica/ Perfurações	190.415	136.465	326.880
Total	258.755	136.465	395.220

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Os dados acima também mostram o significativo potencial de obras a acontecer para o ano de 2018. Estas estimativas refletem a situação em março/18, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Nota

Para maiores detalhes ver o Relatório da Administração de março de 2018.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA INVESTIMENTOS

Tendo em vista o atual cenário de incertezas na economia do País, permanecem suspensos investimentos referentes a aquisição de máquinas e equipamentos até o momento em que se tenha uma melhor expectativa das atividades da Companhia e de sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em 27 de março foi divulgado o seguinte Fato Relevante:

AZEVEDO TRAVASSOS S.A.
CNPJ 61 351 532/0001-68
NIRE 35.300.052.463
FATO RELEVANTE

A Azevedo Travassos S.A., com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1050, inscrita no CNPJ sob o nº 61.351.532/0001-68 (“COMPANHIA”), vem informar ao mercado, na forma da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, com suas posteriores alterações, que foi comunicada pela Helber S.A. Participações e Administração que esta recebeu proposta vinculante formulada pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A. para aquisição da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da COMPANHIA, as quais representam o controle acionário da COMPANHIA. As partes desenvolverão os entendimentos e tratativas, bem como a realização das análises e auditorias cabíveis para a consecução da referida transação.

São Paulo, 27 de março de 2018.

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Azevedo & Travassos S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo & Travassos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota no 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo consolidado de R\$ 84.264 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) consolidado estava negativo em R\$ 78.364 mil e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante consolidado em R\$ 38.472 mil. Conforme mencionado na Nota no 1.3, a Administração da Companhia está implementando ações para buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reposição da carteira de obras entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação das ações em andamento, juntamente com outros assuntos descritos na Nota

no 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota no 21.d, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou saldo consolidado de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de base negativa que totalizavam R\$ 32.598 mil, consubstanciado com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis futuros.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que, na elaboração dessas projeções, a Administração utiliza premissas complexas e subjetivas, como estimativa de crescimento econômico, taxa de juros, inflação, entre outras métricas, que podem afetar de forma significativa a capacidade de geração de base tributável futura, além das próprias premissas e julgamentos por parte da administração que podem não se confirmar.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela Administração para realização de suas projeções. Com o apoio de nossos especialistas internos de avaliação financeira (corporate finance), discutimos com a Administração da Companhia a razoabilidade das premissas significativas utilizadas, de acordo com os orçamentos elaborados pela Administração, incluindo as taxas de desconto, de crescimento de receitas e margens no período projetado e na perpetuidade, comparando os cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com a estimativa de geração de lucro tributário futuro.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Avaliação do julgamento e estimativa para registro das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota no 21.c, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza trabalhista, tributários e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, relativas a processos requer certo julgamento por parte da Companhia para registros das estimativas de perdas e divulgações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista a relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, fizeram com que a Administração procedesse com a dispensa de elevado número de funcionários, ocasionando, dessa forma, no aumento significativo no volume de processos trabalhistas que, se não adequadamente controlados e avaliados quanto à possibilidade de materialização destas causas, poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as Demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 29 de março de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e com parágrafo de ênfase quanto a estratégia para a retomada do equilíbrio financeiro da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, no Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, acima referidas, elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes, sem ressalvas, aprovou, por maioria, com exceção dos votos das Conselheiras Doris Beatriz França Wilhelm e Gabriela Roller Curi, as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício. Os demais membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ATSA.

São Paulo, 29 de março de 2018.

Doris Beatriz França Wilhelm

Genival Francisco da Silva

Luciano Neves Penteadó Moraes

Walter Ramos Filho

Gabriela Roller Curi

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

No ano de 2017 não foi instalado o Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

No ano de 2017 não foi instalado o Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017.

São Paulo, 29 de março de 2018

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017.

São Paulo, 29 de março de 2018

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor